

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Set

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3251 - Ano 2024

UNI global union

CAMAÇARI/BAHIA

ASSEMBLEIA DA SEDE APROVA PROPOSTA SALARIAL PARA 2025



Os Vigilantes presentes à Assembleia Geral realizada na manhã desta quarta-feira, 04 de agosto aprovaram por unanimidade a proposta de reajuste do salário e demais benefícios econômicos resultante das negociações com o sindicato patronal. Na Assembleia a direção do SINDMETROPOLITANO apresentou e esclareceu proposta, e os Vigilantes presentes debateram, analisaram e aprovaram, autorizando a direção do Sindicato a firmar o Aditivo a CCT.

Para 2025 os nossos Sindicatos estão tratando somente das chamadas cláusulas econômicas (salário, alimentação, boa permanência, etc.), já que Convenção Coletiva vale por dois anos (janeiro/2024 a dezembro/2025). Para a data-base de janeiro de 2025, somente as questões de salário e remuneração serão ajustadas.

Parabéns aos colegas Vigilantes por contribuir com as conquistas da categoria. Sua participação e apoio à luta é fundamental. A direção do Sindicato agradece.

Fonte: Ascom SINDMETROPOLITANO/BA

Sindseg-GV/ES faz denúncia contra empresas de segurança privada clandestina



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada da Grande Vitória e Espírito Santo (Sindseg-GV/ES) está tomando medidas firmes contra a atuação de empresas clandestinas no setor de segurança privada. Essas empresas, além de colocarem em risco a vida de trabalhadores e da população, desrespeitam a legislação, comprometendo a qualidade e a

credibilidade dos serviços prestados.

Estamos atentos e trabalhando junto às autoridades competentes para garantir que apenas empresas devidamente regulamentadas atuem no mercado, prezando pela segurança de todos e pela legalidade. A segurança não pode ser tratada de forma irregular!

FONTE: Sindseg-GV/ES

Acusado de ataque a creche de Blumenau é condenado a 220 anos de prisão

Sessão do Tribunal do Júri teve duração de 11 horas



Um ano e quatro meses após o trágico ataque a uma creche no Vale do Itajaí, o homem identificado como autor dos crimes foi condenado a 220 anos de reclusão, em regime fechado. A sentença foi lida por volta das 19h, após uma sessão do Tribunal do Júri que se estendeu por 11 horas na comarca de Blumenau. Emocionados, os familiares das vítimas acompanharam o julgamento, que teve acesso restrito.

A sessão teve início por volta das 8h30min, com o sorteio dos jurados previamente convocados. O Conselho de Sentença foi composto de quatro homens e três mulheres, que decidiram o destino do acusado. O julgamento ocorreu no salão do Tribunal do Júri do fórum de Blumenau, sob a presidência da juíza Fabíola Duncka Geiser, titular da 2ª Vara Criminal da comarca.

Após a formação do Conselho de Sentença, os trabalhos começaram com a oitiva das testemunhas de acusação e de defesa. Pela

manhã, cinco pessoas foram ouvidas, seguidas pelo interrogatório do réu. Os debates foram retomados após o intervalo para o almoço, com réplica e tréplica, e se estenderam até o início da noite. Encerrados os debates, os quesitos foram apresentados para ponderações após sua definição e exposição. Em votação secreta, a maioria decidiu pela condenação do réu.

Ele foi julgado por quatro homicídios qualificados e cinco tentativas de homicídio qualificado. As qualificadoras incluem motivo torpe, meio cruel, uso de recurso que dificultou a defesa das vítimas e crimes contra menores de 14 anos.

Segurança e acesso restrito

Um forte esquema de segurança foi implementado nas imediações e no interior do prédio da comarca. A rua Zenaide Santos de Souza, em frente ao fórum, foi temporariamente fechada no início do júri. Durante o andamento, ela foi liberada, mas novamente fechada ao término do julgamento. O acesso ao Tribunal do Júri esteve restrito aos familiares das vítimas, do réu e à imprensa mediante cadastro prévio, sem a presença de público externo.

Preso desde a data do crime, o réu não poderá recorrer da decisão em liberdade. Devido à presença de menores envolvidos, o processo tramita sob sigilo.

FONTE: TJSC

Movimento sindical não será financiado com recursos do FAT

Veículos de comunicação distorceram fatos ao noticiar que resolução do Conselho de Administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador injetaria recursos para financiar o movimento sindical



De forma distorcida, veículos de imprensa noticiaram, nos últimos dias, uma resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) que autoriza o uso de recursos do fundo, o FAT, para a instalação de agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O Codefat é um conselho tripartite, formado por governo, trabalhadores e empresários.

O que a resolução aprovada por esse colegiada faz é ampliar a capilaridade do sistema Sine, possibilitando sua execução por entidades da sociedade civil, como centrais sindicais, sindicatos e outras organizações, **entre elas sindicatos, federações e confederações patronais e até mesmo empresas.**

No entanto, as notícias veiculadas davam conta de que o governo Lula teria liberado recursos do FAT para o movimento sindical, o que não é verdade. Em uma das manchetes, de matéria publicada em O Globo, lê-se “Governo Lula dá aval para sindicatos usarem recursos de fundo bilionário e emendas”. O texto diz ainda que a medida é vista como “salvação de sindicatos, que enfrentam crise”.

Manipulação da informação

Ao consultar o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), portanto, a fonte oficial dos fatos, pode-se perceber o intuito de manipulação dos jornais. O que o governo informa é “Codefat aprova execução do Sine por entidades da sociedade civil”, e em momento algum afirma que os recursos ‘salvarão os sindicatos’.

Conselheiro do FAT, o Secretário-Adjunto de Relações Internacionais da CUT, Quintino Severo, afirmou que as matérias foram ‘mal-dosas, com uma profunda distorção e omitindo informações’.

“Dão a entender que os sindicatos terão financiamento com recursos do FAT. É uma mentira, uma distorção sobre o que foi feito. É mais um ataque ao movimento sindical, dizendo que usa recursos públicos, que o Estado vai financiar o movimento sindical. Não é verdade”, reforça o dirigente.

As notícias ainda citam o termo “fundo bilionário” para se referir aos recursos do FAT, o que Quintino também desmente. “Com os

recursos atuais do FAT, muito pouco sairá. O fundo não tem orçamento hoje para investir em grande escala no Sine, portanto não tem como repassar muito mais dinheiro. O que terá de recurso é para custear as estruturas de novas agências, mas com a contrapartida de a própria entidade também entrar com recursos”, explica Quintino.

A resolução ainda permite que esses recursos possam vir de emendas parlamentares, por isso, diz o dirigente, também há a expectativa de que emendas sejam aprovadas “para poder financiar essas agências em que quem se beneficia é o trabalhador”.

A verdade

Quintino explicou que a resolução é destinada ao fortalecimento do Sine por que “possibilita que organizações tanto dos trabalhadores como dos empregadores possam abrir algum tipo de agência [do Sine] em suas cidades ou regiões e as matérias não falam que os recursos podem ser utilizados também pelos patrões”.

Ele argumenta ainda que a proposta foi aprovada por consenso, ou seja, com o aval de todos os conselheiros, incluindo aqueles que representam o setor empresarial e que “será bom para a sociedade e para os trabalhadores que poderão acessar mais rapidamente tanto a qualificação profissional como o próprio mercado de trabalho”.

Como funciona

A resolução determina que entidades sindicais de trabalhadores e do setor empresarial possam usar recursos do fundo para custear o básico das estruturas das agências do Sine.

Essas agências serão instaladas de acordo com o interesse das entidades. Para isso, terão de se inscrever e se disponibilizar a manter o serviço. Os custos são destinados a equipamentos, funcionários e os próprios sindicatos entrarão com recursos para tal finalidade.

“Para participar, a entidade interessada deverá apresentar ao Ministério seu plano de trabalho, detalhando a implementação e execução do projeto, que terá de ser adequado ao modelo do Sine. O Ministério, por meio

da coordenação do Sine, vai acompanhar e monitorar a execução, estabelecendo normas operacionais”, afirma o secretário de Qualificação Emprego, e Renda do MTE, Magno Lavigne, na reportagem de divulgação oficial da resolução.

Sine

Os postos do Sine oferecem intermediação de mão-de-obra, encaminhamento do Seguro-Desemprego e qualificação profissional aos trabalhadores. Desde o ano passado, o MTE vem investindo na ampliação e uniformizado a carta de serviços prestados pelo órgão à população. O posto revitalizado passa a ser denominado de Casa do Trabalhador.

O Sine tem hoje, em todo país, 1.475 postos de atendimento, alcançando 1.173 municípios, numa parceria do MTE com estados e municípios. Este ano, o Codefat disponibilizou ao MTE R\$ 86 milhões para custeio do Sistema em todo país. Nos últimos anos, com exceção de 2023, quando foram disponibilizados R\$ 100 milhões, esse valor foi muito menor, abaixo do que seria necessário para manutenção e funcionamento do sistema.

Desde o ano passado, o MTE vem investindo na recuperação do Sine, que vem sendo requalificado, incorporando uma nova carta de serviços, mais ampla e humanizada no atendimento ao trabalhador, no âmbito do projeto “Sine Casa do Trabalhador”, contando com melhoria na estrutura física e tecnológica dos espaços, uniformização dos serviços, potencialização a captação de vagas, fomento ao empreendedorismo e à economia solidária, além de prestar orientação a respeito da legislação trabalhista. Já foram reinauguradas novas unidades no novo padrão em Recife, Caruaru, Ipojuca, e Mauá, no estado de SP. A meta é chegar ao final de 2026 com 48 agências nesse novo modelo.

Com informações do Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte: CUT - Escrito por: André Accarini |

Editado por: Rosely Rocha

CAS ouvirá ministro da Previdência, Carlos Lupi



Flávio Arns (E) conduz reunião da CAS, que é presidida por Humberto Costa
Saulo Cruz/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai ouvir o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em audiência pública que ainda será agendada. Ele deverá informar os parlamentares sobre as ações, planejamentos e diretrizes governamentais da pasta.

O requerimento de convite ao ministro (REQ 82, de 2024) foi apresentado pelo presidente da CAS, senador Humberto Costa (PT-PE), e aprovado pelo colegiado nesta quarta-feira (4). Ele argumenta que o Senado Federal tem, entre suas competências, o debate de matérias que

se refiram a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

“Portanto, esta comissão, em harmonia com o Poder Executivo, tem como um de seus objetivos contribuir com as ações deste ministério, buscando atender as demandas da sociedade”, afirma Humberto no requerimento.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF